

Aluno protesta e Ceub suspende aula

Alta das mensalidades escolares foi o pivô de toda confusão

—
—



dantes e funcionários e pi-
chações de todas as salas
de três blocos do Ceub, no
último sábado, provocaram
o fechamento da facul-
dade por três dias. As aulas
estão interrompidas desde
ontem e só devem recomen-
çar na quinta-feira, quando
estará concluída a perícia
requerida pela direção da
escola depois de registrar
queixa contra os estudan-
tes na 2ª DP. Ontem, sem
saber da interrupção das
aulas, muitos alunos com-
pareceram ao Ceub mas
não foi permitido o acesso
às salas de aula.

meçou logo depois da reunião do Conselho de Representantes da Classe quando

"O Ceub não recalcoul o valor dos créditos depois de

valor dos créditos depois de o Mec ter divulgado a cartilha que determina o preço das mensalidades escolares", protestam os alunos. Segundo eles, apesar de a direção não obrigar ninguém a pagar o carnê, muitos alunos estão arcando com as multas. Pelos cálculos do DCE o crédito deveria estar 50% mais barato do que é cobrado atualmente.

(CFE), Ministério da Educação, Sunab e a Curadoria do Ministério da Justiça, mas não conseguiu que o Ceub refizesse os cálculos. "Por isso nós decidimos pressionar pessoalmente", justifica Viana. "O absurdo maior é que o Governo bai-xou o decreto 95.921, mas não criou os mecanismos que obriguem a aplicação da lei", critica Verônica, da Diretoria do DCE.

Segundo o diretor do Ceub, Maurício Neves, as mensalidades não foram recalculadas porque a ins-

tituição ainda não fechou o acordo coletivo com os professores. "Com esse processo pendente nós não podemos aplicar a cartilha do Governo", justificou Mauricio garante que a fa

da faculdade. O DCE parou um protesto para hoje, às 19h30, em frente à diretoria. De acordo com Antônio Carlos Viana, presidente do Diretório, o fechamento do Ceub é apenas uma maneira de a direção desmobilizar o movimento, que conta com a simpatia dos 75% de alunos que não estão pagando as mensalidades. Cuidado não está cobrando dos alunos — "paga quem quer" — e admite que apenas 30% estão em dia com as mensalidades. Com relação à confusão de sábado, o diretor registrou a queixa, e espera o andamento do processo contra os quatro membros do DCE, entre eles o presidente do Diretório.



des cobradas a mais escolas da cidade.
s escolas levou a Asso-
ciacão de Escolas.

ao de Pais e Alunos do (APA) a estudar seria-
mente a situação. Segundo presidente da entidade,

Luiz Casseiro, todos os instrumentos jurídicos necessários para coibir os abusos que vêm sendo cometidos no cumprimento do decreto 95.921/87, estão sendo visados.

Eles entendem que a escola errou quando cobrou com efeito retroativo a partir de janeiro — a cartilha do Ministério da Educação que instrui as escolas na correta aplicação do decreto só saiu em abril.

Em documento encaminhado à direção da escola, os pais sugerem que os valores sejam revistos dentro de bases reais e de acordo com a cartilha do MEC. Segundo Paulo Roberto Correia Marques, da APA, o Alvorada está cobrando

cálculos, os pais estudaram exaustivamente a cartilha do Ministério da Edu-

administração escolar e an-

constataram o erro. A cartilha pede que o estabelecimento gaste 50 por cento de sua renda com professores. — No Alvorada, acho que não entenderam bem. Mas é uma questão de matemática elementar. São 1 mil 165 alunos e 29 professores, e as mensalidades cobradas são de Cz\$ 15 mil. Encontra-se um total de Cz\$ 17 milhões, divididos

por dois, Cz\$ 8,5 milhões, que tornamos a dividir pelos 29 professores. E ficamos indignados quando encontramos uma média de salário de Cz\$ 293 mil 103. Todos sabemos que não verdade — desabafou Paulo Roberto. Acrescentou que além de os preços serem acintosos, "estamos convencidos de que a escola virou definitivamente uma instituição de elite das mais caras".



Conselho Federal de que só o Supremo Tri

realizada semana passada para discutir sobre o golpe de mensalidades abradas a mais pela entende que é muito ples a interpretação concreto.

Com isto todos os colégios que têm agido dessa forma estão errando em seus cálculos. Segundo o

... chefe da Comissão de Encargos Educacionais, Júlio Gregório, o Conselho Federal, além de não poder julgar pela inconstitucionalidade do reembolso — "por-

que o Ministério da Educação preparou uma cartilha com fórmulas para os cálculos das mensalidades. O documento só foi entregue

aos estabelecimentos em abril e, na interpretação do Conselho Federal, as escórias jamais poderão cobrar nada com efeito retroativo. Para Júlio Gregório, o que vigorou durante a "liberdade vigiada" não tem nada a ver com o que está acontecendo agora.